



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0078/2021

Processo nº 2020-TGS1B - GEAF
Pregão no 0700/2020

Pelo presente instrumento, o Estado do Espírito Santo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, legalmente pelo Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde a **Sra. QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA**, portadora da carteira de identidade **RG nº 8068164964** e inscrita no CPF nº **779.664.570-87**, nomeada pelo Decreto nº 0560-S, de 04/05/2020 e publicado no DIO de 05/05/2020, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **REGISTRO DE PREÇOS DE BENS DE CONSUMO - FÓRMULAS E SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS**, sob nº. **0700/2020**, RESOLVE registrar os preços da empresa **SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA (CNPJ 01.107.391/0012-63)**, situado na Avenida A., nº 321, sala C, Distrito Industrial, Poços de Caldas/MG, CEP 37.701-970, neste ato representado pelo **Sr. Nerli Alves Masson**, portador da Carteira de Identidade RG nº **40.633.468** e inscrito no **CPF sob o nº 317.637.468-28**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual nº 1.790-R/2007, pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS DE BENS DE CONSUMO - FÓRMULAS E SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS** especificados no Anexo I do Edital.

1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) Anexo A - Especificação dos preços;
- (b) Anexo B - Minuta de Ordem de Fornecimento;
- (c) o Edital e todos os seus Anexos;
- (d) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - DO PREÇO

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irredutíveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- 3.1.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- 3.1.2 - frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- 3.1.3 - convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- 3.2.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;
- 3.2.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.



Marcelo Henrique de Souza
Núcleo Especial de Contratos e Convênios



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

3.4 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 - Não será concedida a revisão quando:

ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 - Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise técnica da Contratante e de análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelo objeto adquirido, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.3 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

5.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 10 dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1 - A entrega do objeto do contrato dar-se-á no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** dias após a emissão da Ordem de Fornecimento.

9.2 - O produto será entregue em dias úteis, no seguinte endereço:

SESA: Almoxarifado de Medicamentos da SESA, na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 - Bento Ferreira - CEP: 29050-625 em dias úteis.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

HJSN- Hospital João dos Santos Neves, situado à Rua Dr. Lopes Nalle, 319 – Centro - Baixo Guandu-ES CEP: 29730-000, segunda a sexta-feira. tel.: contato: (27) 3732-2903. E-mail: hjsn.nutricao@saude.es.gov.br.

HDRC - Hospital Dra. Rita de Cássia; Av Vitória Fernandes de Jesus, nº 91, Bairro Irmãos Fernandes, Barra de São Francisco (ES), CEP 29800-000; 27.080.605/0019-15

9.3 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

9.3.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.3.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.4 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.6 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10 - DO PRAZO DE VALIDADE DOS PRODUTOS

10.1 - Os materiais deverão ser entregues com prazo de validade de 75% do prazo de validade total, a contar da data de entrega, devendo ser sempre superior a 12 meses para produtos com apresentação em pó e superior a 8 meses para os produtos na apresentação líquida.

10.2 - Validades inferiores às supracitadas deverão ser previamente analisadas pelo setor solicitante e os produtos só poderão ser entregues após autorização formal, sempre condicionada à apresentação de carta de comprometimento de troca

11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 - Compete à Contratada:

- (a) entregar os produtos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia;
- (b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- (c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- (d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia.
- (e) Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.

11.2 - Compete à Contratante:

- (a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;
- (b) definir o local para entrega dos produtos adquiridos;
- (c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

12.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

12.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

12.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

12.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 12.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.

12.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

(a) advertência;

(b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

(c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;

(d) impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

(e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

12.2.1 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

12.2.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

12.2.3 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

12.2.4 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

12.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

(a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

(b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

(c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8666/1993;

(d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

(e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

(f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

12.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

12.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

12.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

13 - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

13.1 - Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

13.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

14 - DA RESCISÃO

14.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

15 - DOS ADITAMENTOS

15.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

16 - DOS RECURSOS

16.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

17 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1 - A execução do contrato será acompanhada pela **GEAF**, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

17.2 - Fiscal – Larissa Silva Silveira – Farmacêutica - SESA/GEAF - larissasilveira@saude.es.gov.br

18 - DO FORO

18.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
Contratante

NERLI ALVES MASSON – CPF Nº 317.637.468-28
SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
Contratada





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS DE BENS DE CONSUMO – FÓRMULAS E SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS conforme descrição, condições, quantidades, exigências e estimativas adiante indicadas

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
1	154188	1	MODULO DE PROTEINA PARA NUTRICAÇÃO ENTERAL OU ORAL, 100% CASEINATO DE CÁLCIO DO LEITE DE VACA, SEM SABOR, SEM GLUTEN. FORMA FARMACÊUTICA: PO, FORMA DE APRESENTAÇÃO: LATA, VIA ADMINISTRAÇÃO: ENTERAL/ORAL, VALIDADE: 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: GRAMA.	GRAMA	148928
2	108625	1	MEDICAMENTOS NUTRIÇÃO; PRINCÍPIO/CONCENTRAÇÃO1: FÓRMULA INFANTIL E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES HIPERCALÓRICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM MAIOR CONCENTRAÇÃO DE NUTRIENTES, SUPLEMENTADA COM LCPUFAS (ARA E DHA), PREBIÓTICOS (GOS/FOS) E NUCLEOTÍDEOS. PRINCÍPIO/CONCENTRAÇÃO1: 60% DE PROTEÍNA SORO DO LEITE E 40% DE CASEÍNA. FORMA FARMACÊUTICA: PO; FORMA DE APRESENTAÇÃO: LATA; VIA ADMINISTRAÇÃO: ORAL/ENTERAL; VALIDADE: 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: GRAMA	GRAMA	144800
4	240942	1	MEDICAMENTOS NUTRIÇÃO; SUPLEMENTO ALIMENTAR NUTRICIONALMENTE COMPLETO, HIPERCALÓRICO E NORMOPROTEICO, ISENTO DE GLUTEN; DENSIDADE CALÓRICA 2,4KCAL/ML, SABORES VARIADOS; FORMA FARMACÊUTICA: LÍQUIDA; FORMA DE APRESENTAÇÃO: FRASCO; VIA ADMINISTRAÇÃO: ORAL; VALIDADE: VALIDADE DEVERÁ SER SUPERIOR A 8 MESES A PARTIR DA ENTREGA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: ML.	MILILITRO	1682606
6	233559	1	SUPLEMENTO ALIMENTAR LÍQUIDO HIPERCALÓRICO, NORMOPROTEICO, RICO EM VITAMINAS E MINERAIS, COM OU SEM FIBRAS, DESTINADAS A CRIANÇAS MENORES DE 10 ANOS DE IDADE; FONTE PROTEICA A BASE CASEÍNA/PROTEÍNA DO SORO DO LEITE; COM MÍNIMO DE 2 OPCOES DE SABORES; FORMA DE APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE 200 ML; VALIDADE: ACIMA DE 8 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO.	MILILITRO	1862400

1.1 - Os preços, unitário e global, máximos admitidos para fins de registro são os que constam na tabela acima.

1.2 - A oferta de preços acima do parâmetro estabelecido acima, importará em desclassificação do licitante.

1.3 - CLASSIFICAÇÃO COMO BENS COMUNS

1.4 - Caso existam divergências entre o disposto neste Edital e no sistema eletrônico quanto à descrição do objeto, deverá ser observada a redação contida neste instrumento convocatório.

2 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 - São obrigações da CONTRATANTE:





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

- (a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;
- (b) definir o local para entrega do objeto adquirido;
- (c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega do objeto adquirido.

2.2 - São obrigações da CONTRATADA:

- (a) entregar o objeto de acordo com as condições e prazos propostos, **na íntegra do edital e seus anexos**, e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia e validade;
- (b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- (c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- (d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia e validade.
- (e) Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.

3 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

3.1 - A quantidade máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada **conforme Lote acima descrito**.

3.2 - A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada **conforme Detalhamento do Objeto**.

3.3 - O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.

3.4 - A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:

- (a) Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens **3.1 a 3.3**;
- (b) Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item **3.1**;
- (c) Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

4 - DA QUANTIDADE MÍNIMA DE ITENS A SEREM COTADOS

Não será admitida cotação inferior à quantidade máxima prevista.

5.1. DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Trata-se de aquisição de fórmulas nutricionais padronizadas para atendimento aos pacientes assistidos nas Farmácias Cidades Estaduais, conforme descrição na tabela 01.

Tabela 01 – Descrição das quantidades e especificações técnicas dos produtos solicitados.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

LOTE	DESCRIÇÃO	CMM (SESA)	QUANT. (SESA)	QUANT. (HDRC)	QUANT. (HJSN)	QUANT. (MAX E TOTAL)
01	MODULO DE PROTEINA PARA NUTRICAO ENTERAL OU ORAL, 100% CASEINATO DE CALCIO DO LEITE DE VACA, SEM SABOR, SEM GLUTEN. FORMA FARMACEUTICA: PO, FORMA DE APRESENTACAO: LATA, VIA ADMINISTRACAO: ENTERAL/ORAL, VALIDADE: 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: GRAMA. (M10 - Siga: 154188)	3.120	44.928	96000	8000	148.928
02	MEDICAMENTOS NUTRICAO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: FORMULA INFANTIL E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES HIPERCALORICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM MAIOR CONCENTRACAO DE NUTRIENTES, SUPLEMENTADA COM LCPUFAS (ARA E DHA), PREBIOTICOS (GOS/FOS) E NUCLEOTIDEOS. PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: 60% DE PROTEINA SORO DO LEITE E 40% DE CASEINA. FORMA FARMACEUTICA: PO; FORMA DE APRESENTACAO: LATA; VIA ADMINISTRACAO: ORAL/ENTERAL; VALIDADE: 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: GRAMA. (P2 - Siga: 108625)	5.500	79.200	57600	8000	144.800
04	MEDICAMENTOS NUTRICAO; SUPLEMENTO ALIMENTAR NUTRICIONALMENTE COMPLETO, HIPERCALORICO E NORMOPROTEICO, ISENTO DE GLUTEN; DENSIDADE CALORICA 2,4KCAL/ML, SABORES VARIADOS; FORMA FARMACEUTICA: LIQUIDA; FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO; VIA ADMINISTRACAO: ORAL; VALIDADE: VALIDADE DEVERA SER SUPERIOR A 8 MESES A PARTIR DA ENTREGA; UNIDADE DE FORNECIMENTO:ML (S5 - Siga: 240942)	112.181	1.615.406	67200	0	1.682.606
06	SUPLEMENTO ALIMENTAR LIQUIDO HIPERCALORICO, NORMOPROTEICO, RICO EM VITAMINAS E MINERAIS, COM OU SEM FIBRAS, DESTINADAS A CRIANCAS MENORES DE 10 ANOS DE IDADE; FONTE PROTEICA A BASE CASEINA/PROTEINA DO SORO DO LEITE; COM MINIMO DE 2 OPCOES DE SABORES; FORMA DE APRESENTACAO: EMBALAGEM DE 200 ML; VALIDADE: ACIMA DE 8 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO. (SIGA: 233559) S13	120.000	1.728.000	134400	0	1.862.400





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0078/2020

ANEXO – A

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços nº. 0078/2021**, celebrada entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a Empresa cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do **Pregão Nº. 0700/2020**.

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM	VALOR TOTAL POR ITEM
1	154188	1	MODULO DE PROTEINA PARA NUTRICAÇÃO ENTERAL OU ORAL, 100% CASEINATO DE CÁLCIO DO LEITE DE VACA, SEM SABOR, SEM GLUTEN. FORMA FARMACEÚTICA: PO, FORMA DE APRESENTAÇÃO: LATA, VIA ADMINISTRAÇÃO: ENTERAL/ORAL, VALIDADE: 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA, UNIDADE DE FORNECIMENTO: GRAMA. MARCA/FABRICANTE: NUTRI CASEIN	GRAMA	148928	0,1846	27.492,11

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM	VALOR TOTAL POR ITEM
2	108625	1	MEDICAMENTOS NUTRICAÇÃO; PRINCÍPIO/CONCENTRAÇÃO: 1: FÓRMULA INFANTIL E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES HIPERCALÓRICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM MAIOR CONCENTRAÇÃO DE NUTRIENTES, SUPLEMENTADA COM LCPUFAS (ARA E DHA), PREBIÓTICOS (GOS/FOS) E NUCLEOTÍDEOS. PRINCÍPIO/CONCENTRAÇÃO: 1: 60% DE PROTEÍNA SORO DO LEITE E 40% DE CASEÍNA. FORMA FARMACEÚTICA: PO; FORMA DE APRESENTAÇÃO: LATA; VIA ADMINISTRAÇÃO: ORAL/ENTERAL; VALIDADE: 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: GRAMA MARCA/FABRICANTE: INFANITRI PO DANONE	GRAMA	144800	0,2875	41.630,00





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM	VALOR TOTAL POR ITEM
4	240942	1	MEDICAMENTOS NUTRICAÇÃO; SUPLEMENTO ALIMENTAR NUTRICIONALMENTE COMPLETO, HIPERCALÓRICO E NORMOPROTEICO, ISENTO DE GLUTEN; DENSIDADE CALÓRICA 2,4KCAL/ML, SABORES VARIADOS; FORMA FARMACÊUTICA: LÍQUIDA; FORMA DE APRESENTAÇÃO: FRASCO; VIA ADMINISTRAÇÃO: ORAL; VALIDADE: VALIDADE DEVERA SER SUPERIOR A 8 MESES A PARTIR DA ENTREGA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: ML. MARCA/FABRICANTE: NUTRIDRINK COMPACT DANONE	MILILITRO	1682606	0,1200	201.912,72

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM	VALOR TOTAL POR ITEM
6	233559	1	SUPLEMENTO ALIMENTAR LÍQUIDO HIPERCALÓRICO, NORMOPROTEICO, RICO EM VITAMINAS E MINERAIS, COM OU SEM FIBRAS, DESTINADAS A CRIANÇAS MENORES DE 10 ANOS DE IDADE; FONTE PROTEICA A BASE CASEÍNA/PROTEÍNA DO SORO DO LEITE; COM MÍNIMO DE 2 OPCOES DE SABORES; FORMA DE APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE 200 ML; VALIDADE: ACIMA DE 8 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO. MARCA/FABRICANTE: FORTINI MULTI FIBER	MILILITRO	1862400	0,0550	102.432,00

VALOR TOTAL:R\$ 373.466,83

REPRESENTANTE LEGAL: **SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA (CNPJ 01.107.391/0012-63)**, situado na Avenida A., nº 321, sala C, Distrito Industrial, Poços de Caldas/MG, CEP 37.701-970, neste ato representado pelo **Sr. Nerli Alves Masson**, portador da Carteira de Identidade RG nº **40.633.468** e inscrito no **CPF sob o nº 317.637.468-28**



ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA

SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01

SESA - SSAS

assinado em 15/01/2021 10:50:06 -03:00

NERLI SANTOS ALVES MASSON

CIDADÃO

assinado em 18/01/2021 15:42:29 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 19/01/2021 10:06:33 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MARCELO HENRIQUE DE SOUZA (ASSISTENTE GERENCIA QC-02 - SESA - NECV)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-M3HZ1H>

Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço <http://www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores>.

Informações: através do e-mail <mailto:sesacpl@saude.es.gov.br>, ou tel. (27) 3347-5745, de 9 as 17h.

Em 18 de janeiro de 2021.
Rafael Freitas de Araújo
Pregoeiro da SESA
Protocolo 640800

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0047/2021
Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo Nº: 2020-4GL28
Objeto: Registro de Preços de Medicamentos-Mandado Judicial.
Valor estimado: R\$ 1.266.250,86
Acolhimento de propostas: 20/01/2021 às 08:00h.
Abertura de propostas: 20/01/2021 às 08:00h.
Abertura da sessão pública: 01/02/2021 às 10:00h.

O certame será realizado por meio do sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço <http://www.compras.es.gov.br/>.

Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço <http://www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores>.

Informações: através do e-mail <mailto:sesacpl@saude.es.gov.br>, ou tel. (27) 3347-5745, de 9 as 17h.

Em 18 de janeiro de 2021.
Rafael Freitas de Araújo
Pregoeiro da SESA
Protocolo 640801

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0048/2021
Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo Nº: 2020-5LD76
Objeto: Registro de Preços de Medicamentos Manipulados-Mandado Judicial.
Valor estimado: R\$ 394.925,29
Acolhimento de propostas: 20/01/2021 às 08:00h.
Abertura de propostas: 20/01/2021 às 08:00h.
Abertura da sessão pública: 01/02/2021 às 14:00h.

O certame será realizado por meio do sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço <http://www.compras.es.gov.br/>.

Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço

<http://www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores>.

Informações: através do e-mail <mailto:sesacpl@saude.es.gov.br>, ou tel. (27) 3347-5745, de 9 as 17h.

Em 18 de janeiro de 2021.
Rafael Freitas de Araújo
Pregoeiro da SESA
Protocolo 640803

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SESA nº 0774/2020
Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo Nº: 2020- 20G42
Objeto: Aquisição De Bem De Consumo - Agulha Hipodérmica e Luva Cirúrgica.
Lote 01 DESERTO
Lote 02 DESERTO
Lote 03 Empresa vencedora: BRAMED COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES E FARMACEUTICOS LTDA - EPP.
Valor Global do Lote: R\$ 13.120,00.
Lote 04 FRACASSADO

O referido lote foi devidamente homologado pela Autoridade Competente em 15/01/2021.
Informações: através do e-mail <mailto:sesacpl@saude.es.gov.br>, ou tel. (27) 3347-5756, de 9 as 18h.

Em 18 de janeiro de 2021.
TATIANA AGUIAR E CARNEIRO LEAL LOPES
Pregoeira CPL/SESA
Protocolo 640646

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SESA nº 0804/2020
Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo Nº: 2020- 0H654
Objeto: Registro De Preços De Bem De Consumo - Caixa Coletora Para Perfurocortante.
Lote 01 Empresa vencedora: HOSPITALARES - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS EIRELI - EPP.
Valor Global do Lote: R\$ 40.498,50.
Lote 02 FRACASSADO
Lote 03 Empresa vencedora: HOSPITALARES - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS EIRELI - EPP.
Valor Global do Lote: R\$ 791.066,05.
Lote 04 Empresa vencedora: HOSPITALARES - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS EIRELI - EPP.

Valor Global do Lote: R\$ 23.280,00.

O referido lote foi devidamente homologado pela Autoridade Competente em 18/01/2021.
Informações: através do e-mail <mailto:sesacpl@saude.es.gov.br>, ou tel. (27) 3347-5756, de 9 as 18h.

Em 18 de janeiro de 2021.
TATIANA AGUIAR E CARNEIRO LEAL LOPES
Pregoeira CPL/SESA
Protocolo 640720

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0043/2020
ÓRGÃO/ENTIDADE: SESA/ Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim
PROCESSO: 2020-H1QWK
OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Colangiopancreatografia Retrógrada Endoscópica com/sem Papilotomia
LOTE 01 EMPRESA VENCEDORA: Guilherme Falcão Ribeiro Ferreira Endoscopia Eireli
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais)
O referido lote foi devidamente homologado pela Autoridade Competente em 18/01/2021
CONTATO: e-mail: mailto:srsci.dcm@saude.es.gov.br ou pelo tel. (28) 3526-4308

Cachoeiro-ES, 18 de janeiro de 2021

Rosane Guimarães Moreira Nascimento
Pregoeira Suplente da SRSCI
Protocolo 640743

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0084/2021
ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2020-FQQVW
EDITAL: PREGÃO Nº 0800/2020
LOTE 01
OBJETO: MEDICAMENTOS - DEXAMETASONA, FOSFATO DISSODICO 4MG/ML
EMPRESA: HOSPIDROGAS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 35.997.345/0001-46
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 293.717,75

ARP Nº 0085/2021
ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2020-FQQVW
EDITAL: PREGÃO Nº 0800/2020
LOTE 02
OBJETO: MEDICAMENTOS CONTROLADOS - MIDAZOLAM CLORIDRATO 1MG/ML
EMPRESA: CRISTALIA PRODUTOS

QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA
CNPJ: 44.734.671/0001-51
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 253.188,00

VIGÊNCIA: 20/01/2021 a 19/01/2022
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço <http://www.compras.es.gov.br/>.

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
Subsecretária do Estado de Atenção à Saúde
Protocolo 640788

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0078/2021
ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2020-TGS1B
EDITAL: PREGÃO nº 0700/2020
LOTE 01
OBJETO: MEDICAMENTOS NUTRIÇÃO
EMPRESA: SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
CNPJ: 01.107.391/0012-63
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 27.492,11
LOTE 02
OBJETO: MEDICAMENTOS NUTRIÇÃO
EMPRESA: SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
CNPJ: 01.107.391/0012-63
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 41.630,00
LOTE 04
OBJETO: MEDICAMENTOS NUTRIÇÃO
EMPRESA: SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
CNPJ: 01.107.391/0012-63
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 201.912,72
LOTE 06
OBJETO: MEDICAMENTOS NUTRIÇÃO
EMPRESA: SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA
CNPJ: 01.107.391/0012-63
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 102.432,00

VIGÊNCIA: 20/01/2021 a 19/01/2022
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço <http://www.compras.es.gov.br/>.

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
Subsecretária do Estado de Atenção à Saúde
Protocolo 640826

(*) EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0072/2021
ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88419410
EDITAL: PREGÃO nº 0719/2020
LOTE 01

**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 19/01/2021 10:08:09 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MARCELO HENRIQUE DE SOUZA (ASSISTENTE GERENCIA QC-02 - SESA - NECV)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-FDK1JZ>